

Da captura cerebral à soberania intelectual | Carta semanal 26 (2026)



Gerard Sekoto (África do Sul), *Três Meninas da Escola*, início da década de 1940.

Queridas amigas e amigos,

Saudações do **Instituto Tricontinental de Pesquisa Social**.

Duas décadas atrás, eu estava na África do Sul com a economista malawiana Thandika Mkandawire

(1940–2020). Estávamos falando sobre a geração dele de acadêmicos, que atingiram a maioria durante os movimentos de libertação nacional. Tínhamos em mente pessoas como o economista egípcio Samir Amin (1931–2018), os economistas brasileiros Ruy Mauro Marini (1932–1997) e Vânia Bambirra (1940–2015), o cientista político paquistanês Eqbal Ahmad (1934–1999), o antropólogo sul-africano Archie Mafeje (1936–2007) e o cientista político nigeriano Claude Ake (1939–1996). Esses estudiosos, e outros como eles, compreenderam que a libertação exigia a capacidade de pensar de forma independente sobre a sociedade e seu desenvolvimento. Eles criaram instituições para fomentar essa ambição: universidades, institutos de pesquisa, editoras e – o mais importante – comissões de planejamento. O projeto deles era irregular e incompleto, mas essencial. Thandika e eu lamentamos os contratemplos enfrentados por esta geração de estudiosos. “Não conseguimos criar uma dinâmica sustentada”, disse-me ela em Durban (um sentimento que ele capturou em seu **livro** *“Intelectuais Africanos”*, de 2005).

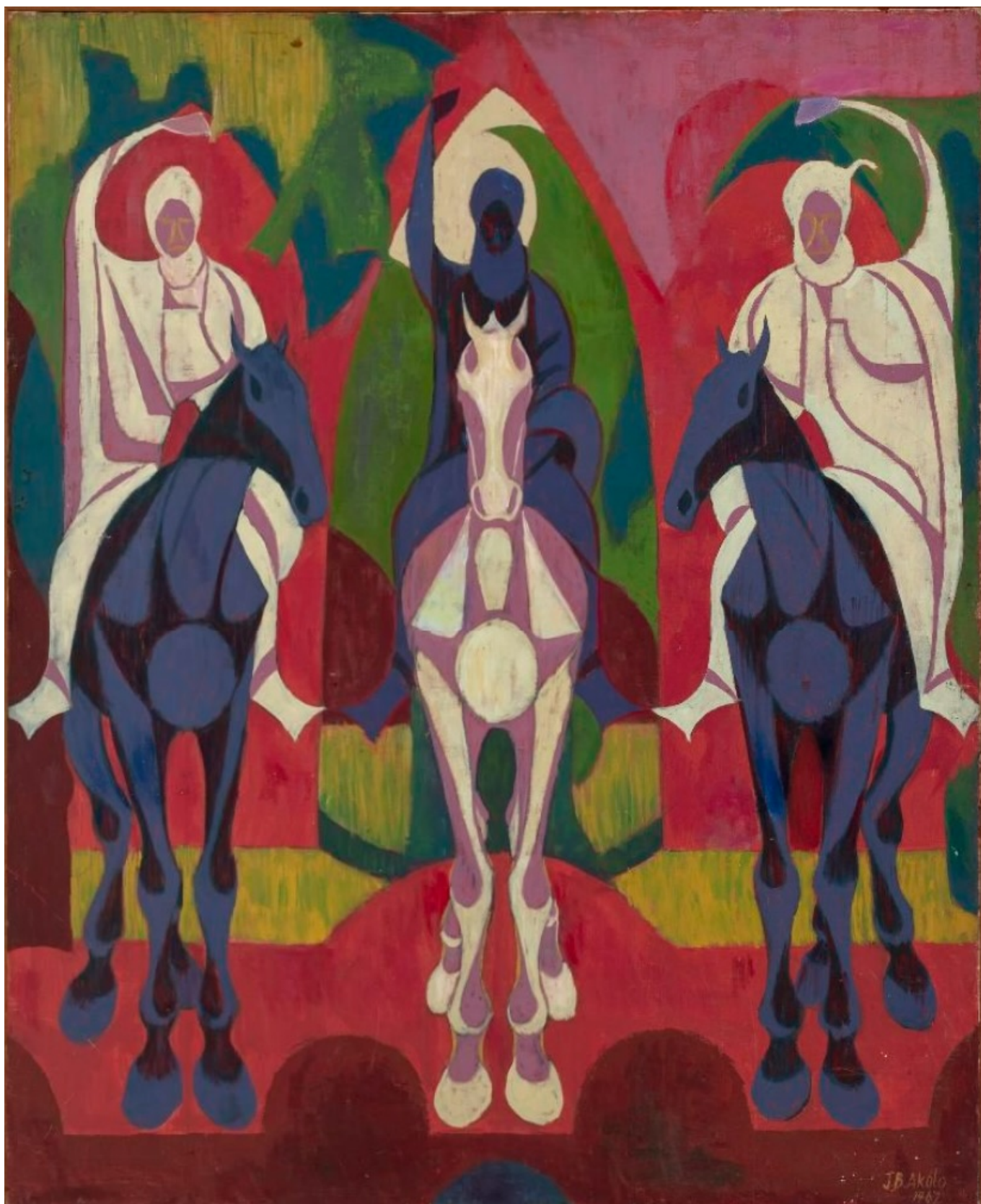
A crise da dívida da década de 1980 e a desintegração da União Soviética no início da década de 1990 transformaram o panorama intelectual global. O resultado não foi meramente a expansão das políticas econômicas neoliberais, conhecidas coletivamente como Consenso de Washington, mas algo mais profundo: a captura da própria vida intelectual. Poderíamos chamar esse fenômeno **de captura cerebral**. Esse conceito difere da dominação colonial do território. Não requer exércitos nem governadores. Ela opera por meio de instituições, incentivos, ascensão profissional e internalização gradual de pressupostos. Seu sucesso é aferido pela medida em que intelectuais do Sul Global passam a enxergar suas próprias sociedades por meio de estruturas geradas em outros lugares e alinhadas aos interesses do capital global.



Elson Kambalu (Malauí), *Crowd Red*, 2024.

O colonialismo sempre buscou moldar a consciência. Os administradores coloniais frequentemente alegavam que os povos colonizados não possuíam capacidade de autogoverno e necessitavam de orientação externa. O sistema educacional colonial treinava as elites locais para administrar o domínio colonial, aceitando, ao mesmo tempo, seus pressupostos subjacentes. No entanto, os movimentos anticoloniais contestaram essa herança. Pensadores de todo o Sul Global insistiram que o conhecimento poderia surgir de suas próprias experiências históricas. Eles debateram os mecanismos de reforma agrária e industrialização a partir de perspectivas enraizadas nas realidades de suas sociedades. Eles implementaram essas ideias nos projetos estatais das novas nações pós-coloniais.

No entanto, tudo mudou na década de 1990, quando o capitalismo neoliberal foi apresentado como o destino final da história. A linguagem do desenvolvimento mudou para se concentrar na competitividade, na eficiência do mercado, nos ambientes de investimento, na disciplina fiscal, no controle da inflação e na desregulamentação. Essa mudança intelectual foi reforçada por um poderoso ecossistema internacional que incluía o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, as principais universidades estadunidenses e europeias, empresas de consultoria (lideradas pela McKinsey & Company), agências de classificação de risco de crédito e fundações privadas. Recursos financeiros, bolsas de estudo, auxílios à pesquisa, bolsas de pesquisa, oportunidades profissionais e influência política fluíam cada vez mais para aqueles que adotavam o paradigma dominante.



Jimoh Bola Akolo (Nigeria), *Fulani Horsemen*, 1962.

A importância dessa rede pode ser medida empiricamente. Entre 1980 e 2000, quase **três quartos** dos altos

funcionários do FMI foram formados em universidades nos EUA e Grã-Bretanha. O centro intelectual da instituição financeira mais influente do mundo estava concentrado em um espaço geográfico e ideológico restrito. Essa concentração não foi acidental: refletiu um processo mais amplo pelo qual a autoridade no pensamento econômico passou a ser cada vez mais monopolizada por instituições do Atlântico Norte.

Ao mesmo tempo, o FMI expandiu drasticamente seus programas de treinamento para funcionários do Sul Global. Milhares de funcionários públicos, banqueiros centrais, representantes do tesouro e planejadores econômicos participaram de programas elaborados em torno de um conjunto comum de pressupostos sobre gestão macroeconômica, política fiscal e reforma de mercado. Esses programas foram apresentados como técnicos, e não ideológicos. No entanto, o treinamento técnico sempre traz consigo pressupostos sobre quais perguntas importam, quais objetivos são desejáveis e quais políticas são consideradas legítimas. O resultado não foi apenas a disseminação de recomendações políticas, mas a criação de uma estrutura intelectual compartilhada, sobre a qual Thandika e eu refletimos no início dos anos 2000.



Tarsila do Amaral (Brasil), *Estrada de Ferro Central do Brasil*, 1924.

O que tornou a captura cerebral eficaz foi o fato de parecer algo de senso comum e não ser percebida como coerção. Os pressupostos da economia neoliberal passaram a ser considerados verdades objetivas, e os debates desse período se restringiram a tal ponto que quaisquer alternativas começaram a ser vistas como ultrapassadas, irrealistas ou irresponsáveis. Um novo tipo de formulador de políticas surgiu em grande parte do

Sul Global. Na América Latina, os estudiosos começaram a se referir à ascensão do “tecnopol”, o economista com formação técnica que combinava conhecimento profissional com autoridade política. Números semelhantes foram observados em toda a África e Ásia. Suas trajetórias educacionais frequentemente seguiam um caminho comum: formação de graduação em seus países de origem, pós-graduação nos Estados Unidos ou na Europa, experiência profissional em instituições financeiras internacionais e um eventual retorno ao serviço público em seus países de origem.

Os exemplos são inúmeros. A nigeriana Ngozi Okonjo-Iweala estudou em Harvard e no MIT antes de ascender na hierarquia do Banco Mundial e, eventualmente, tornar-se ministra das Finanças. Manmohan Singh, da Índia, estudou em Cambridge e Oxford antes de ocupar cargos econômicos importantes (incluindo o de ministro das finanças, que impulsionou o processo de liberalização do país) e, posteriormente, tornar-se primeiro-ministro. O brasileiro Pedro Malan concluiu seus estudos de doutorado na Universidade da Califórnia, Berkeley, antes de atuar como ministro da Fazenda durante um período crítico de reformas de mercado. Biografias semelhantes podem ser encontradas em todo o mundo em desenvolvimento. A importância dessas figuras reside não em suas posições políticas individuais, mas no fato de terem emergido de um ambiente intelectual transnacional comum.



Remedios Varo (Espanha/México), *O Malabarista (O Mágico)*, 1956 .

O Banco Mundial, o FMI, as universidades de elite, as agências de desenvolvimento e as empresas de consultoria globais passaram a operar cada vez mais como uma única via de acesso à carreira. Os economistas que circulavam por essas instituições compartilhavam métodos, conceitos, normas profissionais e pressupostos políticos. Surgiu uma comunidade epistêmica cujos membros frequentemente discordavam em detalhes, mas compartilhavam amplos compromissos com a disciplina fiscal, a liberalização, a desregulamentação e o desenvolvimento orientado pelo mercado. As consequências foram profundas. Em muitos países, a vida intelectual se dissociou da experiência popular. Os economistas comemoraram o crescimento enquanto o desemprego e a desigualdade aumentavam. As metas fiscais foram elogiadas, enquanto os serviços públicos se deterioraram. O investimento estrangeiro foi bem recebido, enquanto a capacidade produtiva interna enfraqueceu. A linguagem da estabilidade macroeconômica frequentemente ofuscava as realidades da instabilidade social.

Talvez o efeito mais significativo da captura cerebral tenha sido a erosão da confiança. As gerações anteriores de pensadores anticoloniais acreditavam que novas ideias poderiam surgir das experiências do Sul Global. Eles compreendiam que as condições históricas variavam entre as sociedades e que as políticas precisavam ser adaptadas às realidades locais. Em contrapartida, a era neoliberal frequentemente incentivou a dependência intelectual e o conformismo. O papel do especialista local deixou de ser o de gerar novos conhecimentos e passou a ser o de traduzir estruturas geradas externamente em políticas internas.

A evidência dessa mudança pode ser encontrada não apenas nas instituições, mas também na própria linguagem. No início do século XXI, os formuladores de políticas em todo o Sul Global passaram a usar um vocabulário comum: responsabilidade fiscal, confiança do investidor, competitividade, metas de inflação, reforma estrutural, ambiente de negócios e eficiência de mercado. Esses conceitos não eram descritores neutros. Elas refletiam prioridades que emergiram de experiências históricas específicas e contextos institucionais. No entanto, passaram a ser tratadas como normas universais aplicáveis a todas as sociedades, independentemente do contexto.



Behjat Sadr (Irã), Sem título, 1956.

A captura de ideias não implica que todas as ideias originárias do Norte sejam inválidas, nem sugere que o intercâmbio intelectual deva ser rejeitado. O conhecimento humano avança pelo diálogo entre sociedades e culturas. A questão não é a troca, mas a hierarquia. O problema surge quando um conjunto de instituições adquire uma autoridade tão avassaladora que pontos de vista alternativos são marginalizados antes mesmo de poderem se desenvolver. A tarefa hoje não é recuar para uma autarquia cognitiva, mas sim recuperar a soberania intelectual, um *slogan* que era popular entre os estudantes universitários progressistas na Índia em meados dos anos 2000. Os países do Sul Global precisam ter a confiança necessária para pensar a partir de suas próprias realidades, mantendo-se, ao mesmo tempo, engajados com o mundo. Isso significa reconstruir instituições capazes de produzir pesquisa independente. Significa fortalecer as universidades públicas, apoiar as editoras locais, expandir as redes intelectuais Sul-Sul e incentivar debates que partam das experiências concretas da maioria, em vez de partirem das suposições e interesses dos mercados financeiros.

A geração anticolonial – a geração de Thandika – compreendeu que a libertação começa com a capacidade de nomear a realidade a partir da própria experiência. Essa lição continua relevante nos dias de hoje. A batalha pelo **futuro** não é apenas uma disputa por recursos, instituições e poder. É também uma disputa de ideias. Os principais centros de pensamento econômico (universidades de elite, instituições financeiras internacionais, agências de classificação de risco, consultorias de políticas públicas e organizações de desenvolvimento) permanecem concentrados em um pequeno ecossistema intelectual do Atlântico Norte. Reverter a captura cerebral exige, portanto, mais do que mudar políticas. Exige a criação de novos centros de autoridade

intelectual capazes de gerar conceitos, teorias e estratégias a partir das experiências e aspirações dos povos do Sul Global. Nenhum projeto de emancipação pode ter sucesso se as mentes responsáveis por idealizá-lo já estiverem subjugadas.



Rina Lazo (Guatemala), *Venceremos (We Will Win)*, 1959.

Em seu poema em três partes, “Intelectuais Apolíticos”, o revolucionário e poeta guatemalteco Otto René Castillo (1934-1967) nos alertou que o intelectual neoliberal não é um tecnocrata apolítico. Ele escreveu este poema no início de 1965, dois anos antes de ser assassinado pelos militares guatemaltecos.

Um dia,
os intelectuais
apolíticos
de meu país
serão interrogados
pelo homem
comum
de nosso povo.

Perguntarão a eles
sobre o que fizeram

quando
a pátria se apagava
lentamente,
como uma fogueira doce,
pequena e solitária.

Não serão interrogados
sobre suas roupas,
nem sobre suas longas
siestas
depois do lanche da tarde,
tampouco sobre seus estéreis
combates com o nada,
nem sobre sua ontológica
maneira
de chegar às moedas.
Não serão interrogados
sobre a mitologia grega,
nem sobre o asco
que sentiram de si,
quando alguém, ao fundo,
se dispunha a morrer covardemente.
Nada será perguntado
sobre suas justificativas
absurdas,
crescidas na sombra
de uma mentira rotunda.

II

Esse dia verão
os homens comuns.
Que nunca couberam
nos livros e versos
dos intelectuais apolíticos,
mas que chegavam todos os dias
a lhes deixar o leite e o pão,
os ovos e as tortilhas,
os que costuravam suas roupas,
os que conduziam os carros,
os que cuidavam de seus cachorros e jardins,
e trabalhavam para eles,
e perguntarão,
“O que você fez quando os pobres
sofriam, e se queimavam com eles,

gravemente, a ternura e a vida?”

III

Intelectuais apolíticos
de meu doce país,
não poderão responder nada.
Abutres de silêncio devorarão
suas entranhas.
Roerão suas almas
sua própria miséria.
E ficarão calados,
com vergonha de si mesmos...

Cordialmente,

Vijay